



Número: **0800569-65.2018.8.15.0091**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Taperoá**

Última distribuição : **04/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|-------------------|
| WELLINGTON RODRIGUES JUVENCIO (AUTOR) | | MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 17566696 | 04/11/2018 22:09 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 17566706 | 04/11/2018 22:09 | PETIÇÃO INICIAL | Outros Documentos |
| 17566714 | 04/11/2018 22:09 | PROCURAÇÃO, DOCS PESSOAIS, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA E OUTROS DOCUMENTOS | Procuração |
| 17999034 | 27/11/2018 10:53 | Certidão | Certidão |
| 23650590 | 20/08/2019 08:27 | Despacho | Despacho |

PETIÇÃO INICIAL EM ANEXO - FORMATO PDF





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA COMARCA DE TAPEROÁ – PB,

“URGENTE”
PROCEDIMENTO SUMÁRIO
JUSTIÇA GRATUITA - Gratuidade Processual - Art. 4º da Lei nº 1060/50
ACIDENTE DE TRANSITO – SEGURO DPVAT

**Requerimento Administrativo Incluso
Carta Negativa Inclusa**

WELLINGTON RODRIGUES JUVÊNCIO, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nº 2428537 SSP/PB e do CPF nº 037773134, residente e domiciliado na Rua Francisco Rodrigues de Lima, 20, Centro, Livramento/PB, CEP 58690-000, email: dlclientestap@gmail.com, pelo instrumento procuratório em anexo (**DOC. 01**), por intermédio de seus procuradores e advogados “*in fine*” assinados com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias Castro, n.º 121, Centro, Taperoá–PB, CEP 58680 – 000, email: marcelodladv@gmail.com, onde receberá as eventuais notificações e intimações de estilo, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência através do Procedimento Ordinário e com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

pelo PROCEDIMENTO ORDINÁRIO em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº 09.248.608/0001-04, companhia de seguros participante do Consórcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, com sede e

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira Centro - Fone: (83) 3343-4101(83) 8876-3546 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: (83)88939848.

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Assinado eletronicamente
em 04/11/2018 às 22:08:27
Data: 04/11/2018





domicílio na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I – DA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA

A concessão da justiça gratuita tendo-se em vista que a promovente não possui condições de arcar com as despesas processuais, sem que lhe cause prejuízos ao seu respectivo sustento e a sua respectiva família, com fundamento no artigo 4º da lei nº 1.060/50 e do artigo 1º da lei nº 7.115/1983, como atesta a declaração de hipossuficiência econômica realizada na “*procuração ad iudicia et extra*” (DOC.1).

Ademais, o fato de ingressar em Juízo sob o patrocínio de advogado não integrante dos quadros da Defensoria Pública, nenhuma influência tem na concessão do benefício pleiteado, conforme entendimento da sumula 29 do TJPB, que assim preceitua:

“Não está à parte obrigada, para gozar dos benefícios da Assistência Judiciária, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública”.

É o requerido!

III – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURIDICOS DA DEMANDA

A *causa petendi* que se assenta nas linhas a seguir revela o exercício do mais legítimo Direito da Ação e é mote para **aplicação inequívoca da lei 6.194/74 e seus consectários legais**, em **DIALOGO DAS FONTES**, com a **Constituição Federal, Processo Civil e o próprio Direito Civil**.

IV – DA CAUSA DE PEDIR REMOTA

O requerente **WELLINGTON RODRIGUES JUVÊNCIO** portador da Cédula de Identidade **RG nº 2428537 SSP/PB** e do **CPF nº 037773134**, foi vítima de acidente de trânsito **NO DIA 17/02/2017**, sofrendo diversas lesões corporais, principalmente **NA MÃO ESQUERDA**, mas precisamente **NOS DEDOS**.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: mesma **FRATURAS MÚLTIPLAS DOS OSSOS DA MÃO ESQUERDA, EM ESPECIAL OS DEDOS DA MÃO ESQUERDA E VÁRIAS ESCORIAÇÕES, BEM COMO, COMPROMENTIMENTO NA FLEXÃO DA MÃO ESQUERDA, resultando em redução funcional, PODENDO SER DETECTADA TAL DEBILIDADE ATRAVÉS DE UMA SIMPLES VISÃO MACROSCÓPICA.**

Assim, MM Juiz, devido à queda e os ferimentos ocasionados no promovente o mesmo **não se recorda de todos os detalhes acerca do acidente que a deixará com sequelas permanentes, dentre elas, a perda momentânea de memória.**

Ciente de seu direito ingressou com o pedido administrativo com toda a documentação exigida pela a promovida para obter o seguro DPVAT **NO QUAL FAZ JUS** como o

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira Centro - Fone: (83) 3343-4101(83) 8876-3546 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: (83)88939848.

D. Marcelo Farias
Advogado
CARTEIRA 2448



Boletim de Ocorrência (BO), o Prontuário Médico e demais documentos necessários para a concessão do seguro DPVAT, tendo O PRESENTE PEDIDO CANCELADO POR FALTA DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, conforme demonstrativo da Seguradora Líder em anexo datado em 18/11/2017 (DOC. 2). PASMEN! PERDÃO EXCELENCIA.

Logo, MM Juiz, O AUTOR REALIZOU O DEVIDO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO SEM, CONTUDO, OBTER RESPOSTA ACERCA DO SEU DIREITO DE RECEBER UMA JUSTA INDENIZAÇÃO. LAMENTÁVEL! PERDÃO EXCELENCIA.

O autor promovente desconhecedor do direito de pleitear o SEGURO indenizatório na via judicial por ser pessoa de pouca instrução, semianalfabeta anexará no requerimento administrativo toda a documentação como o Boletim de Ocorrência (BO), o Prontuário Médico e outros documentos exigidos para a concessão do seguro DPVAT, esquecendo o mesmo de realizar as devidas xerocópias, pois achará que iria receber a sua indenização do seguro DPVAT.

Nisto, Douto Julgador toda a documentação necessária para a comprovação do sinistro e a consequente obrigação de indenizar encontra-se de posse da promovida, sendo necessário que a mesma exiba os documentos do promovente nos autos.

Salienta-se que o direito da parte Autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT. Sendo assim, conforme prevê a Lei nº 6.194/74, em seu art. 3º, II a qual regula o pagamento dessas indenizações, o valor a ser pago no caso de invalidez permanente é o equivalente a **R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos)**, uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre a colisão e seu estado físico.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada. Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo **WELLINGTON RODRIGUES JUVÊNCIO**, culminado com **FRATURAS MÚLTIPLAS DOS OSSOS DA MÃO ESQUERDA, EM ESPECIAL OS DEDOS DA MÃO ESQUERDA E VÁRIAS ESCORIAÇÕES, BEM COMO, COMPROMENTIMENTO NA FLEXÃO DA MÃO ESQUERDA, resultando em redução funcional, PODENDO SER DETECTADA TAL DEBILIDADE ATRAVÉS DE UMA SIMPLES VISÃO MACROSCÓPICA**, destarte, o Requerente busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

O promovente clama por **JUSTIÇA!**

V- DA CAUSA DE PEDIR PRÓXIMA

A – DO SEGURO DPVAT

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira Centro - Fone: (83) 3343-4101(83) 8876-3546 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: (83)88939848.

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado
CAB/PA/2016





O próprio nome do **Seguro DPVAT** é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

Reza Art. 5, da lei 6.194/74:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia da responsabilidade do segurado. §1º”.

Entende-se por **INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL** a perda ou redução, em caráter definitivo em decorrência de acidente provocado por veículo.

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que qualquer vítima de acidente envolvendo veículo, inclusive motoristas e passageiros, ou seus beneficiários podem requerer a indenização do DPVAT.

Frisa-se que o pagamento independe da apuração de culpados.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente** e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:

Art. 20, 1 – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez **a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão**. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um **acidente causado por veículo é permanente**, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável.

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira Centro - Fone: (83) 3343-4101(83) 8876-3546 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: (83)88939848.

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado
OAB/PA 11.448





Destarte, a invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada **integralmente ou em parte**.

Nesta esteira, mister ressaltar que o STJ editou a súmula 278, e, estabeleceu como marco inicial a data em que o acidentado tomou conhecimento inequívoco de sua incapacidade para o trabalho. Assim, resta claro que o requerente deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito.

O pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Ademais, conforme estabelece o art. 7º da Lei 6.194/74, a responsabilidade pelo pagamento do seguro obrigatório é de qualquer das seguradoras integrantes do consórcio nacional do Seguro Obrigatório **DPVAT**, destarte, a jurisprudência já firmou entendimento neste sentido:

“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.” (REsp 401.418/MG; Recurso Especial 2001/0194323-0; Relator ministro Ruy Rosado de Aguiar – Quarta Turma – Data do Julgamento 23.04.2002 – Data da Publicação/Fonte DJ 10.06.2002, p. 220)”

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação supramencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que o acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

II) Da Apresentação dos Documentos do Promovente pela Promovida – Princípio da Cooperação Processual

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira Centro - Fone: (83) 3343-4101(83) 8876-3546 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: (83)88939848.

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado
OAB/PA 14446





No âmbito do Direito Probatório existem algumas situações em que a parte a quem inicialmente competiria a prova de alguns fatos fica impossibilitado de fazê-lo em face de aquelas estarem unicamente na posse da parte contrária.

Destarte, o autor como já mencionado ingressou com o pedido administrativo com toda a documentação exigida como o Boletim de Ocorrência (BO), Prontuário Médico e outros documentos exigidos para a concessão do seguro DPVAT.

O promovente desconhecendo o seu direito a complementação da indenização não realizará cópia da documentação, fazendo necessário que a promovida exiba os seus documentos.

Nestes casos, cabe à parte que pretende produzir a prova requerer ao juiz que determine que a promovida apresente as mesmas com base no art. 355 do CPC e seguintes:

Art. 355. O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.

Saliente-se que o detentor dos documentos só pode se recusar a exibi-los nas situações expressamente elencadas art. 363 do CPC, sob pena de se admitir como verdadeiros as alegações da parte requerente.

Art. 359. Ao decidir o pedido, o juiz admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte pretendia provar:

I - se o requerido não efetuar a exibição, nem fizer qualquer declaração no prazo do art. 357;

II - se a recusa for havida por ilegítima.

Art. 363. A parte e o terceiro se escusam de exhibir, em juízo, o documento ou a coisa:

I - se concernente a negócios da própria vida da família;

II - se a sua apresentação puder violar dever de honra;

III - se a publicidade do documento redundar em desonra à parte ou ao terceiro, bem como a seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau; ou lhes representar perigo de ação penal;

IV - se a exibição acarretar a divulgação de fatos, a cujo respeito, por estado ou profissão, devam guardar segredo;

V - se subsistirem outros motivos graves que, segundo o prudente arbítrio do juiz, justifiquem a recusa da exibição.

Parágrafo único. Se os motivos de que tratam os ns. I a V disserem respeito só a uma parte do conteúdo do documento, da outra se extrairá uma suma para ser apresentada em juízo.

Há que se observar que a promovida tendo a posse dos documentos do promovente e do sinistro NÃO reconheceu o direito do mesmo, conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo datado em 18/11/2017 (DOC.2)

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira Centro - Fone: (83) 3343-4101(83) 8876-3546 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: (83)88939848.

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Assinado eletronicamente
em 04/11/2018 às 22:08:27





Desse modo, o pedido de apresentação busca apenas aclarar os fatos e facilitar a análise da matéria em juízo, seguindo os ditames d Princípio da Cooperação Processual.

VII - DO PEDIDOS MEDIATOS E IMEDIATOS

1. Do pedido imediato:

a) Requer seja recebida esta inicial, bem como seja processada a presente demanda até final decisão jurisdicional procedente de mérito, haja vista a presença das condições da ação e dos pressupostos processuais, bem como dos requisitos dos artigos 319 e 320 do CPC. Ademais, requer ainda que seja aplicado *in totum* a lei n. 6.194/74 - Seguro DPVAT.

2. Dos pedidos mediatos:

Diante dos fatos articulados e fundamentados no direito, pela privacidade vilipendiada e moral espancada, é que se requer o seguinte:

a) Preliminarmente a **concessão da justiça gratuita tendo-se em vista que o promovente não possuir condições de arcar com as despesas processuais, sem que lhe cause prejuízos ao seu respectivo sustento e a sua respectiva família, com fundamento no artigo 4º da lei nº 1.060/50;**

b) A citação da requerida, no endereço declinado no preâmbulo para conhecer dos termos da presente, e o processamento desta inicial, sob pena de revelia, em conformidade com o artigo 319 do Novo Código de Processo Civil;

c) Que seja intimada a requerida para juntar aos autos o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (SINISTRO 3170269308)**, contendo toda a documentação do promovente referente ao acidente, objeto desta demanda.

c) A procedência da presente demanda para o fim de condenar **a requerida ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais;**

d) Que o valor da condenação seja devidamente corrigido acrescido de juros e correção monetária retroativa a data do sinistro, tudo em conformidade com a súmula 54 do STJ;

e) Que seja a requerida condenada ao pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação;

f) O julgamento antecipado da lide com fundamento no artigo 355, I do Novo Código de Processo Civil, visto que, as provas são meramente documentais;

g) Requer, ainda, perícia e, conseqüentemente, a oportunidade de formular os quesitos periciais médicos e no momento oportuno, por motivo da incapacidade da parte autora.

h) Que seja todas as publicações, intimações, notificações e quaisquer outros atos de intercambio processual deste juízo sejam realizados na pessoa dos advogados que esta subscreve, sob pena de possível nulidade.

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira Centro - Fone: (83) 3343-4101(83) 8876-3546 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: (83) 88939848.

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado
OAB/PA 18448





i) Que não seja marcada audiência preliminar haja vista que a promovida declina pelo acordo após a realização da perícia médica judicial;

j) Por fim, a juntada de todos os documentos acostados na exordial.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente nas provas documentais, requerendo que o autor seja submetido ao exame pericial por um médico ortopedista no Hospital Alcides Carneiro (HU) na cidade de Campina Grande-PB.

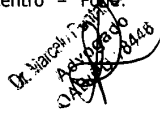
Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil reais) para meros efeitos fiscais.

Nestes Precisos Termos, Pede e Confia no Deferimento.

Taperoá – PB, 23 de outubro de 2018


MARCELO DANTAS LOPES
Advogado OAB/PB 18446

Escritório Sede - Campina Grande - Av. Floriano Peixoto, Nº 53 - sala 307, Edifícios Dão Silveira Centro - Fone: (83) 3343-4101(83) 8876-3546 - Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro - Fone: (83)88939848.


Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado OAB/PB 18446



Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,
OUTORGANTE: WELLINGTON RODRIGUES JUVENCIO, brasileiro, solteiro residente e domiciliado na Rua Francisco Rodrigues de Lima, 20, Livramento/PE,
 , constituo e nomeio os procuradores:

OUTORGADO: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB – 2PB sob o n.º s com no escritório profissional situado na com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoá–PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, especialmente para propor Ação de cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

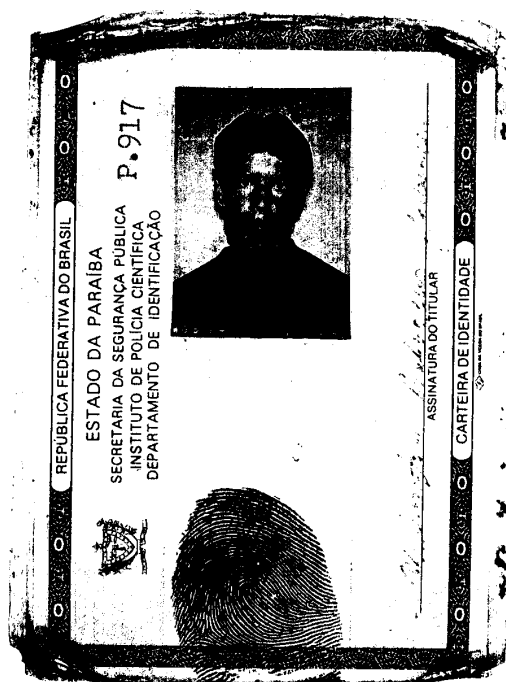
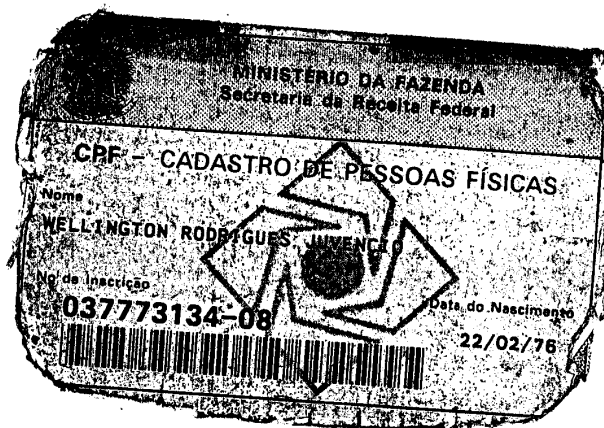
PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual 25%, a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperoá/PB, 03 de Novembro de 2018

x Wellington Rodrigues Juvencio
 OUTORGANTE





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **2428537** DATA DE EXPEDIÇÃO: **19 MAIO 1976**

NOME: **WELLINGTON RODRIGUES JUVENCIO**

Nome Juvencio de Gouveia

FILIAÇÃO: **Maria do Socorro Rodrigues Juvencio**

Livramento-PB

NATURALIDADE: **Cart, de Nasc. 100 Fls 240. Liv. a. 1**

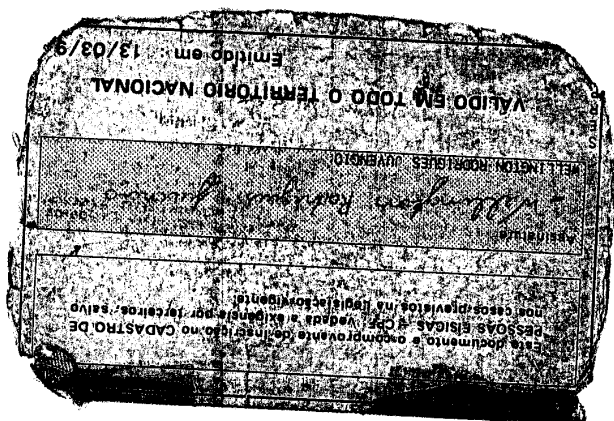
DATA DE NASCIMENTO: **22.02.1976**

DOC ORIGEM: **Cart. Livramento-PB.**

OPF: *[Assinatura]*

João Pessoa - PE, ANDRÉ MAGNO S. DE CARVALHO
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 25/08/83





AURILENE SOUSA PORTELA

CPF: 042.018.118-11

Endereço: Rua ...

Telefone: 011 215 5040

E-mail: aurelene@bradesul.com.br

Referência: Jan/2017

Emissão: 26/01/2017

Modelo de Nota de Energia elétrica

Código para Débito Automático: 09007790

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/729518-1**

Canal de contato

Jan / 2017

Apresentação

26/01/2017

Data prevista da próxima leitura

23/02/2017

CPF/CNPJ RANI

4425390489

Misc. Est

Faturas em atraso

06/01/2017 101,75

| Anterior | Atual | Constante | Consumo | Dias |
|----------|---------|-----------|---------|------|
| Data | Leitura | Data | Leitura | |
| 26/12/16 | 17684 | 26/01/17 | 17822 | 136 |

| Descrição | Quantidade | Preço | Valor (R\$) |
|---------------------------|------------|---------|-------------|
| Consumo em kWh | 138 | 0,44026 | 60,75 |
| ICMS | | | 24,47 |
| PIS | | | 0,15 |
| COFINS | | | 4,17 |
| LANÇAMENTO DE SERVIÇOS | | | 11,10 |
| TAXA MANUT. ILUM. PÚBLICA | | | 0,11 |
| JUR. DE MOVA 11/2016 | | | 1,77 |
| MULTA 11/2016 | | | 1,77 |

Histórico de Consumo (kWh)

| | |
|----------|-----|
| 16/01/17 | 131 |
| 16/02/17 | 132 |
| 16/03/17 | 134 |
| 16/04/17 | 135 |
| 16/05/17 | 136 |
| 16/06/17 | 137 |
| 16/07/17 | 138 |
| 16/08/17 | 139 |
| 16/09/17 | 140 |
| 16/10/17 | 141 |
| 16/11/17 | 142 |
| 16/12/17 | 143 |
| 16/01/18 | 144 |

VENCIMENTO

02/02/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 104,44

RESERVADO AO FISCO

8a4b.8dd7.b3cc.6516.0ce5.92ba.0135.f2e2

| Indicadores de Qualidade | Limites da ANEEL | Apurado | Limite de Tensão (V) |
|--------------------------|------------------|---------|----------------------|
| DR. MENSAL | 6,47 | 5,73 | 12,50V |
| DR. TRIMESTRAL | 12,94 | | 25,00V |
| DR. ANUAL | 25,89 | | 50,00V |
| DR. MENSAL | 3,48 | 2,00 | 100,00V |
| DR. TRIMESTRAL | 6,97 | | 200,00V |
| DR. ANUAL | 13,95 | | 400,00V |
| DR. MENSAL | 3,80 | 1,15 | 100,00V |
| DR. ANUAL | 12,22 | | 200,00V |

Composição do valor total da sua conta

| Discriminação | Valor (R\$) | % |
|---------------------------------------|-------------|--------|
| Serviços de Dist. da Energia Elétrica | 23,08 | 22,11 |
| Contribuição de Energia | 27,01 | 25,96 |
| Serviço de Transmissão | 1,59 | 1,52 |
| Impostos Diretos e Encargos | 9,07 | 8,69 |
| Outros Serviços | 43,03 | 41,31 |
| Total | 104,44 | 100,00 |

ATENÇÃO

Informações importantes para o consumidor: ...



Rio de Janeiro, 22 de Maio de 2017

Carta nº: 11012265

A/C: WELLINGTON RODRIGUES JUVENCIO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170269308 ASL-0189332/1^o
Vítima: WELLINGTON RODRIGUES JUVENCIO
Data Acidente: 17/02/2013
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 17/05/2017 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 17/02/2013. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Comprovante de residência não conclusivo
- Boletim de ocorrência não conclusivo
- Declaração do Proprietário do Veículo não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **ARUANA SEGUROS S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00957/00598 - carta_03



Rio de Janeiro, 22 de Maio de 2013

Carta nº: 11011794

A/C: WELLINGTON RODRIGUES JUVENCIO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170269308 ASL-0189332/17
Vítima: WELLINGTON RODRIGUES JUVENCIO
Data Acidente: 17/02/2013
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à ARUANA SEGUROS S/A onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01165 v.1166 - carta_01



Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 2017

Aos Cuidados de: **WELLINGTON RODRIGUES JUVENCIO**

Nº Sinistro: **3170269308**
Vítima: **WELLINGTON RODRIGUES JUVENCIO**
Data do Acidente: **17/02/2013**
Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: **NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro número **3170269308**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 11972974



0800569-65.2018.8.15.0091

CERTIDÃO

Certifico, em razão do meu ofício, conforme consulta no STI, NÃO verifiquei nenhuma ação de SEGURO DPVAT ativa e nem arquivada nesta Comarca em nome de WELLINGTON RODRIGUES JUVÊNCIO X SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A.

O referido é verdade. Dou fé.

Taperoá, Data e assinatura eletrônica.

*Adenilson Ferreira
Auxiliar Judiciário
Mat. 476.121-9*



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE TAPEROÁ**

DESPACHO

Vistos.

Tendo em vista a comprovação do prévio requerimento administrativo, **concedo** os benefícios da assistência judiciária gratuita ao(à) promovente, o que faço com esteio no art. 98 do CPC.

No mais, é sabido que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial, bem assim a praxe das partes não entabularem acordo sem a concretização daquela prova, à luz do princípio da duração razoável do processo, deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC.

CITE(M)-SE o(a)(s) promovido(a)(s) para apresentar(em) defesa, no prazo de 15 (quinze) dias – a contar da juntada aos autos do Aviso de Recebimento (AR) -, perante este Juízo, sob pena de serem aceitos pelo(a)(s) promovido(a)(s), como verdadeiros, os fatos articulados pelo(a)(s) promovente(s) na petição inicial.

Taperoá, (data e assinaturas eletrônicas).

José Milton Barros de Araújo

Juiz de Direito

```
<!-- /* Font Definitions */ @font-face {font-family:Arial; panose-1:2 11 6 4 2 2 2 2 4; mso-font-charset:0; mso-generic-font-family:swiss; mso-font-pitch:variable; mso-font-signature:-536859905 -1073711037 9 0 511 0;} @font-face {font-family:"Cambria Math"; panose-1:2 4 5 3 5 4 6 3 2 4; mso-font-charset:1; mso-generic-font-family:roman; mso-font-format:other; mso-font-pitch:variable; mso-font-signature:0 0 0 0 0 0;} @font-face {font-family:Calibri; panose-1:2 15 5 2 2 2 4 3 2 4; mso-font-charset:0; mso-generic-font-family:swiss; mso-font-pitch:variable; mso-font-signature:-536870145 1073786111 1 0 415 0;} /* Style Definitions */ p.MsoNormal, li.MsoNormal, div.MsoNormal {mso-style-unhide:no; mso-style-qformat:yes; mso-style-parent:""; margin:0cm; margin-bottom:.0001pt; mso-pagination:widow-orphan; font-size:12.0pt; font-family:"Calibri",sans-serif; mso-ascii-font-family:Calibri; mso-ascii-theme-font:minor-latin; mso-fareast-font-family:Calibri; mso-fareast-theme-font:minor-latin; mso-hansi-font-family:Calibri; mso-hansi-theme-font:minor-latin; mso-bidi-font-family:"Times New Roman"; mso-bidi-theme-font:minor-bidi; mso-fareast-language:EN-US;} p {mso-style-noshow:yes; mso-style-priority:99; mso-margin-top-alt:auto; margin-right:0cm; mso-margin-bottom-alt:auto; margin-left:0cm; mso-pagination:widow-orphan; font-size:12.0pt; font-family:"Times New Roman",serif; mso-fareast-font-family:Calibri; mso-fareast-theme-font:minor-latin;} .MsoChpDefault {mso-style-type:export-only; mso-default-props:yes; font-family:"Calibri",sans-serif; mso-ascii-font-family:Calibri; mso-ascii-theme-font:minor-latin; mso-fareast-font-family:Calibri; mso-fareast-theme-font:minor-latin; mso-hansi-font-family:Calibri; mso-hansi-theme-font:minor-latin; mso-bidi-font-family:"Times New Roman"; mso-bidi-theme-font:minor-bidi; mso-fareast-language:EN-US;} @page WordSection1 {size:612.0pt 792.0pt; margin:70.85pt 3.0cm 70.85pt 3.0cm; mso-header-margin:36.0pt; mso-footer-margin:36.0pt; mso-paper-source:0;} div.WordSection1 {page:WordSection1;} -->
```

